

Organização Eleitoral pouco altera o relatório de Prisco

Foto de Gilberto Alves



Prisco, cansado, mas vitorioso

BRASÍLIA — A Comissão da Organização Eleitoral e Garantia das Instituições encerrou ontem o processo de votação sem registrar qualquer incidente e premiando o Relator, Deputado Prisco Viana (PMDB-BA), cujo substitutivo sofreu poucas alterações, a maior parte no capítulo dedicado ao Sistema Eleitoral. Mesmo assim, Prisco conseguiu que prevalecesse a sua proposta de sistema distrital misto.

Os "progressistas" sofreram uma grande derrota, pois viram frustradas todas as suas tentativas de modificar, na essência, o substitutivo de Prisco Viana, especialmente os textos relativos ao papel das Forças Armadas, medidas de exceção e salvaguardas constitucionais. O Conselho de Segurança Nacional também foi mantido.

No tratamento do sistema eleitoral, Prisco foi derrotado na proposta de dois turnos nas eleições para os municípios com mais de 100 mil habitantes, na candidatura dupla e no mandato-tampão para os prefeitos.

O papel das Forças Armadas definido no substitutivo de Prisco Viana é quase o mesmo aprovado na Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, e que agrada inteiramente à cúpula militar. O Relator define que "as Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos Poderes Constitucionais".

Os "progressistas" conseguiram, no entanto, retirar parte do texto que dá ao Presidente da República a iniciativa de, por lei complementar, estabelecer as normas gerais a serem adotadas na organização, preparo e emprego das Forças Armadas.

Outra derrota dos "progressistas" foi em relação ao mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney, que não conseguiram aprovar, embora a votação da Comissão revelasse preferência da maioria dos presentes por esse prazo. Houve 27 votos favoráveis e apenas 20 dados ao mandato de cinco. Esses números, porém, não foram suficientes para derrotar a proposta de Prisco, pelos cinco anos. De acordo com o Regimento, para alterar a proposta do Relator seriam necessários 32 votos.

Com o resultado final da votação, a Comissão de Organização Eleitoral transferiu para a penúltima etapa da Constituinte — a Comissão de Sistematização — alguns temas polêmicos, como o papel constitucional das Forças Armadas, sistema distrital misto, mandato presidencial e a criação do Tribunal Constitucional.

FORÇAS ARMADAS — No entender dos "progressistas" a missão das Forças Armadas deve ser definida com mais precisão para impedir interpretações ocasionais, pelo Governo, que tornem institucional os excessos em momentos de crise interna.

MANDATO DE SARNEY — Prisco fixou o mandato em cinco anos no capítulo das "Disposições Transitórias" de seu substitutivo.

SISTEMA DISTRIAL MISTO — Prisco defendeu esse sistema como o mais adequado à realidade brasileira, porque prevalece o critério de maioria: o poder para os que têm mais votos. Os "progressistas" sustentam que o sistema decreta o fim do candidato ideológico e marginaliza as minorias.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL — Sugestão da Comissão Afonso Arinos, o Tribunal Constitucional tem o papel de fiscalizador do cumprimento da Constituição, podendo, uma vez provocado, declarar a inconstitucionalidade de lei ou norma com força de Lei e o não cumprimento da Carta Magna, por omissão do Legislativo ou Executivo.

Como o papel constitucional das Forças Armadas, sistema distrital misto, mandato presidencial e a criação do Tribunal Constitucional.

FORÇAS ARMADAS — No entender dos "progressistas" a missão das Forças Armadas deve ser definida com mais precisão para impedir interpretações ocasionais, pelo Governo, que tornem institucional os excessos em momentos de crise interna.

MANDATO DE SARNEY — Prisco fixou o mandato em cinco anos no capítulo das "Disposições Transitórias" de seu substitutivo.

SISTEMA DISTRIAL MISTO — Prisco defendeu esse sistema como o mais adequado à realidade brasileira, porque prevalece o critério de maioria: o poder para os que têm mais votos. Os "progressistas" sustentam que o sistema decreta o fim do candidato ideológico e marginaliza as minorias.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL — Sugestão da Comissão Afonso Arinos, o Tribunal Constitucional tem o papel de fiscalizador do cumprimento da Constituição, podendo, uma vez provocado, declarar a inconstitucionalidade de lei ou norma com força de Lei e o não cumprimento da Carta Magna, por omissão do Legislativo ou Executivo.

Fundos de Participação vão ter nova partilha em 1º de janeiro

Foto de Gilberto Alves



Serra e Dornelles negociaram a nova fórmula com nordestinos e gaúchos

BRASÍLIA — A partir de 1º de janeiro de 1988, os Governadores e Prefeitos receberão mais dinheiro da União. E o que propõe a Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, que aprovou ontem disposição transitória aumentando para 18 e 20 por cento, respectivamente, as cotas dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios no bolo dos impostos arrecadados pelo Governo federal.

A partilha definitiva só entrará em vigor, se for aprovada no plenário da Constituinte, depois de regulamentada por Lei complementar votada pelo Congresso Nacional. A fórmula, aprovada por unanimidade na Comissão, foi negociada pelo Relator, Deputado José Serra (PMDB-SP) com o Presidente, Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), e as bancadas nordestina e gaúcha. Ela prevê 21,5 por cento para os Estados, 22,5 por cento para os Municípios, e dois por cento para o Nordeste. O total de 46 por cento vai sair do Imposto de Renda e do IPI. A participação da União diminuirá em nove por cento e o crescimento maior será da parte dos Estados.

Só mais uma emenda importante foi aprovada pela Comissão, a do Deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS) determinando a cobrança de ICM também sobre os juros pagos pelo consumidor nas compras a crédito. Com isto será evitada a evasão de arrecadação provocada pelas grandes lojas, ao financiarem as compras através de financeiras próprias, só pagando os dois por cento do imposto sobre Operações Financeiras (IOF), enquanto o ICM é de 17 por cento. A medida interessa principalmente ao Rio Grande do Sul e sua aprovação foi negociada pelo próprio Governador Pedro Simon. Ela dará ao Estado mais do que toda sua participação no FPE.

A votação do capítulo do sistema tributário, embora cansativa devido ao grande número de emendas, foi tranqüila. Serra negociou antecipadamente a divisão do FPE, o ponto mais polêmico. Nenhuma emenda ao conteúdo dessa parte do relatório chegou a ser destacada para a votação.

As decisões mais importantes da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças foram:

1 — Extinção das cartas-patentes

para instalação de bancos e agências bancárias

2 — Exigência de aprovação pelo Congresso das decisões relativas ao sistema financeiro, da nomeação e demissão do Presidente do Banco Central e da permissão de contratação de endividamento externo por Estados e Municípios.

3 — Proibição da aplicação da poupança acumulada nos Estados do Norte e Nordeste em outras regiões do País

4 — Aumento, a partir de 1º de janeiro de 1988, para 18 por cento da cota do Fundo de Participação dos Estados e para 20 por cento da cota do Fundo de Participação dos Municípios no bolo dos impostos arrecadados pelo Governo federal. Estes índices serão transitórios.

5 — Partilha definitiva dos impostos arrecadados pela União assim distribuída: 21,5 por cento para os Estados, 22,5 por cento para os Municípios e dois por cento especificamente para aplicação no Nordeste.

6 — Cobrança de ICM das empresas também sobre os acréscimos pagos pelo consumidor em compras a prazo.

Foram aprovadas também as seguintes emendas:

1 — Do Deputado Domingos Juvenil (PMDB-PA), garantindo o princípio da anualidade na instituição e aumento de tributos e assegurando isenção de IPI para a exportação.

2 — Do Deputado Osmundo Rebouças (PMDB-RJ), determinando que não gozarão de imunidade tributária os serviços públicos concedidos e os promitentes compradores de imóveis.

3 — Do Deputado Antonio Mariz (PMDB-PB), estabelecendo que as alíquotas do Imposto Territorial Rural e de herança serão fixadas pelo Senado dentro de critérios de progressividade.

4 — Do Deputado José Maria Eymael (PDC-SP), assegurando o direito de cobrança de pedágio em via pública e determinando que o IPI não poderá ser incorporado à base de cálculo do ICM.

5 — Do Deputado Giovanni Masini (PMDB-PR), fixando em 1º de janeiro de 1989 a entrada em vigor do novo sistema tributário, ressalvadas as disposições sobre o FPM.

O relatório de Serra, aprovado ontem pela Comissão, prevê também um aumento na carga de impostos dos assalariados e pessoas físicas e jurídicas, dando aos Estados permissão para cobrar um adicional de cinco por cento sobre o total do Imposto de Renda devido.

Manobra atrasa a Comissão de Comunicação

BRASÍLIA — Dois dias de discussão e muitas horas de negociação não foram suficientes para superar o impasse entre "moderados" e "progressistas" na Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação. Este impasse se instalou com a rejeição do substitutivo e do anteprojeto do relator, Deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), no sábado.

O Presidente da Comissão, Senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), não sabia se colocava em votação as emendas apresentadas ao substitutivo rejeitado ou se enviava à Comissão de Sistematização os anteprojeto das três subcomissões subordinadas à Comissão de Família.

Gadelha suspendeu a sessão, no começo da noite, para dar tempo aos "moderados" e "progressistas" de viabilizarem um acordo.

Numericamente inferiores aos "moderados" — nas duas votações em que foram rejeitadas as propostas do relator, constatou-se que eram 37 contra 26 —, os "progressistas" traçaram sua estratégia bem antes da data marcada para o início do processo de votação na Comissão. Apresentaram um grande número de emendas e destaques, para protelar o máximo possível a votação, até que se expressasse o prazo fatal para o encaminhamento de um relatório à Comissão de Sistematização.

O Presidente da Comissão, Marcondes Gadelha, recebeu ontem um documento, assinado por 32 de seus integrantes, protestando contra as agressões sofridas pela Senadora Eunice Michiles (PFL-AM), durante a sessão de sábado, promovidas por um pequeno grupo de manifestantes que ocupou as galerias.

"Constituintes desta Comissão estão sendo constantemente constrangidos por reduzido grupo de populares que vem impedindo a marcha dos trabalhos", denuncia o documento, acrescentando:

"O povo brasileiro não está nas galerias, mas no Plenário. Não é admissível que poucas dezenas de pessoas desrespeitem a Constituinte e impeçam seu funcionamento".

A Senadora Eunice Michiles, uma das 32 signatárias do documento, afirma: "Fui pessoalmente ofendida, ofensas que se fizeram à mulher brasileira, que também represento nesta Assembléia".

Soberania aprova anteprojeto de profundas modificações

Foto de Sérgio Marques



Bisol fala defendendo o anteprojeto, ao lado de Aecinho

BRASÍLIA — As propriedades de uso pessoal ou familiar e de bens de produção poderão ser desapropriadas por interesse social, necessidade ou utilidade pública, e serão pagas em dinheiro ou mediante justa indenização; não poderá haver discriminação aos homossexuais e nem censura aos espetáculos e diversões públicas; o divórcio será ilimitado; será facultativo o voto dos 16 aos 18 anos; será criado o Tribunal de Garantias dos Direitos Constitucionais, da Soberania do Povo, da Nacionalidade e da Cidadania.

Estes são alguns dos pontos do longo anteprojeto aprovado pela Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, que irá agora à apreciação da Comissão de Sistematização, tratando dos direitos individuais, coletivos e políticos, dos fundamentos da Nação e das Garantias Constitucionais.

O anteprojeto contém vários outros aspectos importantes, como:

1 — o primeiro dever do Estado é a garantia da alimentação, da saúde, do trabalho e sua remuneração, da moradia, do saneamento básico, da segurança social, do transporte coletivo e da educação;

2 — a tortura é crime de lesa-humanidade, sem direito a fiança, prescrição ou anistia;

3 — o homem e a mulher são iguais em direitos e obrigações;

4 — não haverá distinção entre filhos naturais, legítimos ou não, e adotivos;

5 — o Estado não poderá operar

serviços de informações sobre a vida íntima e familiar das pessoas;

6 — é assegurado o acesso às referências e informações, registradas por entidades particulares ou públicas, inclusive as policiais e militares;

7 — será concedido asilo a estrangeiros perseguidos em razão de raça, nacionalidade e convicções políticas e religiosas;

8 — é vedada a interferência do Estado em associações e sindicatos;

9 — é livre a paralisação do trabalho para qualquer categoria, exceto a dos empregadores;

10 — os movimentos sociais organizados terão participação na administração pública;

11 — a ampliação ou instalação de usinas nucleares depende de plebiscito popular;

12 — os militares, os policiais militares e os bombeiros militares não poderão ser excluídos do exercício do direito político;

13 — fica extinto o pagamento de subsídios e demais benefícios aos ex-Presidentes, Governadores e Prefeitos

Comissão dos Poderes decide pelo Parlamentarismo em 88 com Sarney

Foto de Gilberto Alves



Relator Egidio Ferreira (à esquerda) discute com Deputado Oscar Corrêa

BRASÍLIA — A partir de 15 de março de 1988, o Brasil terá um sistema de Governo parlamentarista, sob a Presidência de José Sarney, que ficará no cargo até março de 1990. O Parlamento só poderá derrubar o Gabinete coletivamente e terá amplos poderes de influir no orçamento da União e instaurar tantas comissões de inquérito quanto forem necessárias. O Senado nomeará os Presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, haverá uma Justiça Agrária e o STF manterá sua função de tribunal constitucional. Estas foram as principais decisões tomadas pela Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo depois de ampla negociação entre lideranças do PMDB e PFL.

O acordo entre vice-líderes do PMDB partidários dos quatro anos com o PFL incluiu, quase na totalidade, o anteprojeto do Relator da Subcomissão do Poder Executivo, Senador José Fogaça (PMDB-RS). Entre outras coisas, foi excluído o princípio da fidelidade partidária.

Outras decisões da Comissão:

● O Presidente nomeará o Primeiro-Ministro e, por indicação deste, os demais integrantes do Conselho de Ministros. A escolha do Primeiro-Ministro será feita a partir de uma lista de dois nomes votados pela Câmara dos Deputados, um representando a Maioria e outro a Minoria.

● Aprovado o Gabinete, só haverá moção de desconfiança após seis meses — moção coletiva que incluirá os ministros militares. O Senado poderá, no entanto, recomendar a revisão da moção reprobatória ou de desconfiança.

● O Presidente poderá dissolver a Câmara e convocar eleições se em dez dias não forem indicados os dois candidatos a Primeiro-Ministro.

● O Congresso poderá ser convocado extraordinariamente pelos Presidentes da República, da Câmara ou do Senado, ou ainda pela maioria dos seus integrantes.

● Decreto-lei é limitado. O Presidente poderá adotar medidas provisórias, mas estas não valerão se o Congresso não votá-las em 30 dias.

● Projetos-de-lei poderão ser apresentados por 0,3% do eleitorado à Câmara dos Deputados.

● O orçamento anual será aprovado pelo Congresso, que poderá autorizar a abertura de créditos, inclusive com antecipação da receita.

Sem saber, a Comissão da Organização dos Poderes transferiu para a Comissão de Sistematização uma contradição: a aprovação do Primeiro-Ministro, de seu Gabinete e do plano de Governo é passiva. Ou seja, se em dez dias um quinto da Câmara não apresentar moção reprobatória, a aprovação é automática. No entanto, não foi revogado o relatório original o parágrafo dizendo que compete à Câmara aprovar, por maioria absoluta, o Primeiro-Ministro. Neste caso, a aprovação fica ativa. Como os adeptos do parlamentarismo puro consideraram o texto muito "presidencialista", silenciaram.

Com relação ao Executivo, foi praticamente aprovado o parecer de Fo-

gaça, retirando-se o voto de desconfiança individual e permanecendo o coletivo. Outra inovação foi a participação do Senado, que poderá, por iniciativa de um terço, recomendar a revisão da moção reprobatória ou de desconfiança. A moção reprobatória pode ser feita ao Primeiro-Ministro quando ele apresentar seu Gabinete e plano de Governo. A de desconfiança pode ser feita durante seu Governo. Cada legislatura só poderá votar três moções de desconfiança. Sempre que uma não for aprovada, a próxima só poderá ser apresentada no prazo mínimo de seis meses.

Quando aprovar duas moções reprobatórias consecutivas, a Câmara indicará dois nomes e um deles será nomeado pelo Presidente da República no prazo de 48 horas. Se não for aprovada a lista duplicada em dez dias, o Presidente poderá dissolver a Câmara e convocar eleições extraordinárias. Não poderá dissolvê-la, porém, se estiver nos últimos seis meses de seu mandato (presidencial), no primeiro ou no último semestre da legislatura, ou ainda durante a vigência de estado de alarme, de calamidade ou de sítio.

Vitória na Comissão marca a luta mas também a amargura de Bisol

BRASÍLIA — No período que durou seu trabalho como relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, o Senador Paulo Bisol (PMDB-RS) lutou até mesmo para manter a posição, enquanto um grupo de constituintes se movimentava para destituí-lo, acusando-o de "dono da verdade" e de "marxista-leninista". Contudo, o anteprojeto terminou por ser aprovado pela maioria de 41 votos contra 17, assinalando o êxito de um dos mais amplos acordos montados no âmbito das comissões da Constituinte.

Antecipando-se às recomendações que lhe seriam dadas pela liderança do PMDB, Bisol conseguiu aglutinar em torno de seu anteprojeto a maioria dos contras, simplesmente apresentando-lhes, em reunião, um texto pronto e acabado, e praticamente às vésperas da votação. As pequenas concessões feitas ao texto (por exemplo, a mudança da expressão "orientação sexual" para "comportamento

sexual", na questão dos homossexuais) não conseguiram ferir o espírito político e social do anteprojeto.

Apesar de vitorioso, José Paulo Bisol disse que mantém apenas uma leve esperança de que essas conquistas sejam ratificadas pela Comissão de Sistematização.

— Ou a sistematização assume a condição de Constituinte ou assume a teoria dos vilões e dos hipócritas, e reproduz o atual sistema, disse o Senador.

Não escondendo sua amargura e decepção com a recente experiência, Bisol disse que tudo o que está se fazendo é no sentido de não se criar uma nova ordem política, econômica e social, mas sim de se reproduzir as regras atuais. Ele não poupa de suas críticas ao grupo "conservador".

— Historicamente, eles (os conservadores) vão ficar desmoralizados, pois se caracterizam por fazer uma política independente da moral — concluiu.

'Progressistas' cantam vitória após negociações

BRASÍLIA — O resultado de 43 votos a favor do mandato de cinco anos e 19 a favor de quatro, na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, era esperado, mas não reflete o que foram as negociações que vararam a noite entre uma e outra votação. "Mesmo com a composição conservadora e governista, nós conseguimos alguns avanços importantes", afirmava ontem o Deputado Jorge Hage (PMDB-BA), um dos negociadores mais importantes.

Pouco comuns em outras comissões, as negociações foram marcadas pela complexidade dos grupos interessados. De um lado, estavam os chamados "governistas", que fechavam com cinco anos para o Presidente José Sarney e defendiam mais poderes para o Executivo. Do outro, os parlamentaristas do PDS a favor dos cinco anos; os presidencialistas do PDT e PT, a favor de quatro anos; os presidencialistas do PMDB, a favor de quatro anos; e os parlamentaristas do PMDB, também a favor dos

quatro anos. O resultado disso é que, se de um lado passou fácil o tese de mandato de cinco anos, de outro foi rejeitada a emenda que concedia ao Presidente da República a responsabilidade pelo Poder Executivo, como queriam os chamados "governistas".

Conversaram no Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) — onde são impressas as emendas —, pelo lado do Governo, os Deputados do Partido da Frente Liberal Humberto Souto (MG), Erico Pegoraro (RS) e Alberico Filho (MA, primo de Sarney) e os peemedebistas Genebaldo Correia (BA) e Henrique Eduardo Alves (RN). Seus interlocutores foram os Deputados peemedebistas Ibsen Pinheiro (RS), Miro Teixeira (RJ) e Jorge Hage (BA); o petista Plínio de Arruda Sampaio (SP, Relator da Subcomissão do Poder Judiciário); e ainda os Deputados do PDS Benício de Andrade (MG) e Victor Faccione (RS).

Em certo momento, chegou a haver um impasse nas negociações,

mas o Deputado Jorge Hage ameaçou apresentar 70 emendas e levantar todas as questões de ordens possíveis para obstruir a votação até o encerramento do prazo regimental e, desta forma, aprovar o anteprojeto do Deputado Egidio Ferreira Lima. Acabou conseguindo aprovar seis de suas emendas.

Os "progressistas" consideram que, apesar de o relatório original de Egidio Ferreira Lima ter sido bastante modificado, alguns avanços foram conseguidos, tanto em relação ao sistema de Governo como, principalmente, em algumas questões referentes ao Legislativo e ao Judiciário. A criação da Justiça Agrária e a possibilidade de os eleitores apresentarem emendas constitucionais foram dois fatores avaliados como grandes avanços. Apenas os cartórios, por emenda de Adolfo de Oliveira, ficaram nas seguintes situações: foram oficializados os serviços que dão prejuízo e permanecem em mãos particulares os que dão lucro.

Estabilidade é aprovada pela Ordem Social

BRASÍLIA — A Comissão da Ordem Social esbarrou na falta de um acordo entre "moderados" e "progressistas" e por isso só conseguiu votar, depois de três dias de reuniões, conversas de muitos discursos, dois dos 110 artigos do substitutivo proposto pelo Senador Almir Gabriel (PMDB-PA). Ao perceberem que estavam em minoria e não teriam condições de aprovar nenhuma de suas propostas, e tampouco rejeitar as teses dos "progressistas", os "moderados" concordaram em aprovar a estabilidade no emprego, em troca de uma redução da jornada de trabalho de 48 horas para 44, ao invés de 40 como era a proposta de Almir Gabriel.

O grupo "progressista", no entanto, afirmando que não sabia do acordo que teria sido firmado entre o Deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) e o Senador Ronan Tito (PMDB-MG), acabou aprovando a redução da jornada de trabalho para 40 horas, depois de um discurso inflamado do próprio Tito e outro do Senador Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL), que invocou a memória de seu pai, Teotônio Vilela.

A estabilidade no emprego acabou sendo aprovada por unanimidade. Não terão esta garantia os trabalhadores que forem contratados por contrato a termo, por um período de 2 anos; os que estiverem em período de experiência de 90 dias; os que cometerem falta grave comprovada judicialmente, e quando houver um "infortúnio da empresa", também sujeito à comprovação judicial.

A outra proposta aprovada foi do Deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA). Por 56 votos a 5 foi escrito no texto do substitutivo que "todo trabalhador rural terá direito assegurado à propriedade na forma individual, cooperativa, condominial, comunitária ou mista para o desenvolvimento de suas atividades" e que o Estado será o responsável pela desapropriação das terras, a serem pagas em títulos da dívida agrária.

Foto de Gilberto Alves



Senador Almir Gabriel, o Relator